

A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA E O TRABALHO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gênesis de Oliveira Pereira¹
Carmen Ferreira Corato Costa²

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo debater os rumos para o trabalho nas políticas públicas a partir dos elementos expostos na conjuntura contemporânea. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, num campo teórico de diálogo com a teoria social crítica, para compreender as transformações em curso no capitalismo. Pretende-se contribuir para o acúmulo de forças para o enfrentamento do (ultra) neoliberalismo e de suas tendências colocadas para o trabalho na esfera pública.

Palavras-chaves: Conjuntura; Capitalismo; Trabalho; Esfera Pública.

ABSTRACT

This article aims to discuss the directions for work in public policies from the elements exposed in the contemporary situation. This is a bibliographical research, in a theoretical field of dialogue with critical social theory, to understand the ongoing transformations in capitalism. It is intended to contribute to the accumulation of forces in the field of confrontation of neo and (ultra)neoliberalism and its tendencies placed to work in the public sphere.

Keywords: Conjuncture; Capitalism; Work; Public Sphere.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Dr. Adjunto na Escola de Serviço Social; genesis.oliveira@gmail.com.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Professora Dra. Adjunto na Faculdade de Serviço Social; carmencorato@yhaoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo debater a conjuntura contemporânea e seus impactos para o trabalho na esfera pública. Após um governo de extrema direita que trouxe um intenso processo de desfinanciamento das políticas públicas e profundos ataques aos trabalhadores do Estado, é preciso, sobretudo, captar as tendências colocadas na contemporaneidade.

O trabalho na esfera pública passa, hoje, por um intenso processo de desmonte e reconfiguração. A literatura contemporânea tem se dedicado mais detidamente às alterações e novas morfologias do trabalho presentes no processo de acumulação do capital, seu processo de passagem para esfera pública tem sido realizado de forma mecânica e com limites para captar as tendências presentes nessa esfera. Acreditamos que compreender a conjuntura é fundamental para captar as particularidades das transformações operadas no interior do Estado.

O artigo se organiza de modo a compreender a conjuntura internacional e sua particularidade no Brasil. Procuramos captar as principais tendências, ainda que incipientes, apresentadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) nos seus seis primeiros meses de governo. Por fim, buscamos compreender os desafios colocados para o trabalho na esfera pública.

2. A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

A conjuntura mundial é marcada pela emergência do neoliberalismo, crise do Welfare State, mudanças do padrão de acumulação rígida para a flexível; ergue-se, nos termos de Ricardo Antunes (2020), uma nova morfologia do trabalho. Para Fisher (2020), essa conjuntura é marcada por uma crença de que é mais fácil acreditar no fim do mundo do que no fim do capitalismo, processo esse por ele denominado como realismo capitalista. Vivemos um “sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele” (FISHER, 2020, p. 5). Estamos inseridos, portanto, numa conjuntura mundial

marcada pela crença de que não há alternativa ao capitalismo e isso não é qualquer coisa, nem algo alheio ao trabalho na esfera pública.

Esse contexto não pode ser dissociado do fim do socialismo real, queda do muro de Berlin, hegemonia mundial do capitalismo que se expande e rompe todas as barreiras da acumulação, se dedicando, cada vez mais, à colonização da subjetividade humana (FISHER, 2020). O cenário atual é caracterizado por um aprofundamento da alienação, um mundo marcado por signos: as crianças hoje sabem entrar no celular, identificar o app que desejam usar, mesmo sem saber ler ou falar. Quando sentamos para ler somos bombardeados pelo mundo digital, são mensagens no whatsapp, direct no Instagram, inbox no facebook. Nossa geração passou por domingos tediosos; começavam pelo “Domingão do Faustão”, em seguida o Fantástico e depois éramos obrigados a assistir qualquer filme ruim, afinal não tínhamos plataformas de streaming e nem internet. Hoje quando sentimos aquele tédio nós vamos dar aquela olhadinha no em um perfil de fofoca do Instagram para saber sobre a vida de pessoas que nem conhecemos e que nem nos importamos. Para Fisher:

Talvez o sentimento mais característico de nosso momento atual seja uma mistura de tédio e compulsão. Embora saibamos bem que são entediantes, nos sentimos compelidos a fazer mais um teste no Facebook, a ler mais uma lista do Buzzfeed, a clicar em fofocas de celebridades sobre alguém com quem não nos importamos. Nós nos movemos incessantemente em meio ao entediante, mas nosso sistema nervoso está constantemente tão superestimulado que nunca desfrutamos o luxo de nos sentirmos entediados. Ninguém está entediado, tudo é entediante. (FISHER, 2020, P. 120)

Essa lógica cultural do capitalismo tardio (JAMENSON, 1997) é acirrada por um descrédito de alternativas sociais ao capitalismo; a derrubada de todas as fronteiras econômica tem erguido uma superestrutura capaz de cooptar a subjetividade humana na perspectiva de aceitação acrítica das relações capitalistas caracterizadas por um violento ataque ao conjunto dos trabalhadores. Há toda uma geração que já nasceu num mundo dominado pelo capitalismo, sem nenhuma polarização e sem vestígios de projetos societários distintos. Os efeitos dessa profunda crise para o conjunto dos trabalhos têm suscitado um cotidiano marcado

instabilidades, tensionado pelo desemprego estrutural e provocando danos a sua saúde mental:

Segundo a maior parte dos critérios, as taxas de transtornos tiveram um aumento de quase 100% entre os nascidos em 1946 (trinta e seis anos em 1982) e 1970 (trinta anos em 2000). Por exemplo: enquanto 16% das mulheres de trinta e seis anos em 1982 reportaram “problemas com os nervos, tristeza ou depressão”, em 2000 essa taxa era de 29% entre aquelas com trinta anos (nos homens, os dados foram de 8% em 1982 e 13% em 2000). (OLIVER apud FISHER, 2009, p. 45).

Assim, a nova forma de reprodução do capital vem incidindo profundamente na subjetividade dos trabalhadores, que, ao não acreditarem em outra alternativa social, encontram-se imersos num profundo adoecimento acirrado pelo neo e ultraneoliberalismo. Margaret Thatcher em sua emblemática frase, “não há alternativa”, sintetizou o realismo capitalista em sua forma e imbricação com neoconservadorismo: uma articulação contra os direitos trabalhistas e as políticas públicas, ou seja, numa luta contra o Estado que assegura alguns níveis de proteção. Não está em jogo o fim do Estado, ao contrário, estamos caminhando de volta para a noção do Estado restrito em Marx, isto é, a ampliação das suas funções coercitivas: poder militar de repressão e o recuo de suas funções consensuais (COUTINHO, 2018).

Os ataques ao Estado solaparam, em grande medida, nós trabalhadores dessa esfera. O ideário neoliberal propõe uma dura crítica à burocracia estatal, promete sua superação, mas, ao contrário disso, se instaura uma nova burocracia no Estado que remete a uma ontologia empresarial nos serviços públicos: somos nós, trabalhadores do Estado, os responsáveis pela gestão e controle de nosso próprio trabalho. Por exemplo, os professores do ensino superior público são responsáveis, a cada dois anos, pela confecção de extensos relatórios que buscam um trabalho praticamente imensurável. Os trabalhadores das políticas públicas são responsáveis por lançar seus atendimentos em sistemas digitais que são reduzidos e chamados, pela gerência, de produtividade. Temos, portanto, uma nova burocracia agora sustentada por todos os trabalhadores.

A crise de 2008 aprofundou as contradições capitalistas, o que poderia ser um sinal de exaurimento do neoliberalismo, se consolidou como uma nova ofensiva para o conjunto dos trabalhadores e, de forma mais acirrada, para o conjunto de trabalhadores racializados. A esquerda, por sua vez, não foi capaz de capitalizar a crise capitalista, não apresentou alternativas sociais, o resultado desse processo foi uma nova escalada contra o trabalho, dessa vez articulada não ao neoconservadorismo, mas sim ao ultraconservadorismo. Observamos a emergência de governos de ultradireita e de um avanço para o ultraneoliberalismo que se expressa no recrudescimento do ajuste e austeridade fiscal (principalmente aqueles de capitalismo dependente). O avanço da extrema direita se expressa na ascensão de Trump nos EUA, Bolsonaro no Brasil, crescimento de Le Pen na França, golpe na Bolívia, cerco à Venezuela.

No campo das políticas ultraneoliberais observamos profundos ataques aos trabalhadores, expropriação intensificada de direitos sociais e trabalhistas (FONTES, 2011), mesclados, por sua vez, com todo tipo de atraso histórico voltado aos grupos socialmente discriminados. Essas expressões demonstram o triunfo do capital sobre a subjetividade humana, e, dessa vez, não há nenhuma ameaça socialista que possa legitimar as barbaridades que vivemos na última década. Desse admirável “mundo novo” emergiu uma profunda desorganização do trabalho, uma quebra das organizações representativa dos trabalhadores e um profundo avanço da tecnologia que possibilitou a ampliação da alienação sobre o conjunto da humanidade.

3. A CONJUNTURA NO BRASIL

O Brasil está inserido nessa conjuntura, com inúmeras particularidades. Não construímos um Welfare State, não tivemos pleno emprego, a burguesia nacional nunca se lançou contra a aristocracia escravagista. Então que conjuntura estamos falando? A implementação do projeto neoliberal no Brasil não destruiu o trabalho estável, porque nós nunca o tivemos, principalmente aqueles que têm ancestralidade negra e indígena. Os sindicatos aqui nunca representaram o conjunto dos trabalhadores, certamente hoje representam parcelas cada vez menores. Essa lógica europeia reivindicada como padrão de análise do Brasil, retirada de lá e enquadrada

aqui, mais nos confunde que nos ajuda a compreender a conjuntura. Isso não quer dizer, de forma nenhuma, que não exista neoliberalismo aqui e nem que ele não seja nocivo, mas seus impactos são particulares.

Temos, desde 1990, um profundo desmonte do Estado marcado por um permanente ajuste fiscal que vem descaracterizando o conjunto das políticas sociais regulamentadas na Constituição. Esse ajuste tem impactado, sobretudo, a vida da população mais pobre, atacando e comprometendo, fortemente, as condições de reprodução social, principalmente de homens e mulheres negras. O resultado das políticas neoliberais tem seguidos os meandros da formação social brasileira: aumento as disparidades raciais, restrição do acesso ao trabalho formal e ampliação da informalidade (em especial à população negra e indígena), redução dos mecanismos de consenso (políticas públicas). Esse processo tem conformando um Estado cada vez mais restrito, exacerbando seu poder de coerção, sobretudo, no que tange ao extermínio de negros e negras.

A crise de 2008 vai chegar no Brasil somente na década seguinte, trouxe para o cerne da cena política as manifestações de junho de 2013, que completam uma década esse mês. Esse fenômeno teve o protagonismo do que alguns autores chamam de neoanarquismo: um movimento que se pretende anticapitalista, nega o Estado, os partidos políticos e a mídia. Mas ele germinou, também, sementes que nada tinham de anticapitalista; a crítica ao Estado, partidos e mídia ganharam formas contrárias ao anticapitalismo, formas essas antidemocráticas e neofacistas.

As respostas ao aprofundamento da crise estiveram ligadas ao golpe jurídico, parlamentar e midiático. Durante todo o período de instabilidade do governo, houve um forte ataque da mídia ao PT, associando mecânica e propositalmente o partido à esquerda, desconsiderando seu transformismo. Temos, nesse processo, a divulgação de notícias parciais, voltadas à esfera da corrupção praticada por membros do PT, apoio e ampla cobertura pró-manifestações antipartidárias, incluindo capas de revistas, jornais, matérias principais em telejornais.

Um ataque coordenado para acirrar a crise política no Brasil e inflamar a sociedade não apenas contra o governo, mas contra toda a esquerda, incluindo aí aquela fração que foi oposição ao PT durante todos os seus mandatos. No campo jurídico temos um cerco montado pela Lava Jato cujo principal alvo foi o governo PT,

as investigações e julgamentos proferidos pela operação foram elementos centrais para coordenar os rumos da democracia brasileira (ou a falta dela) durante e após o processo golpista. O parlamento, por sua vez, dissecou a governabilidade, isolou a presidenta e sacramentou o processo de impeachment. O golpe abre um novo ciclo de blindagem e exclusão das massas no âmbito da democracia brasileira, onde seus rumos são decididos, cada vez mais, nos tribunais e parlamentos e as urnas viram um mero simulacro de democracia, de modo que, “[...] as democracias blindadas têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares [...]” (DEMIER, 2012, p. 8).

Temos, com esse processo, a implementação do que muitos autores têm chamado de ultraneoliberalismo, um estágio de recrudescimento do ajuste fiscal do Estado brasileiro impactando, através da EC 95, os gastos com pessoal e políticas públicas[1]; uma contrarreforma trabalhista altamente flexibilizadora e uma contrarreforma da previdência que ampliou o tempo na ativa. Esse projeto gestou, em seu interior, a ascensão da extrema direita brasileira: racista, subsumida ao imperialismo, classista e comprometida com todo o tipo de atraso histórico.

As eleições do último ano trouxeram um alívio e uma preocupação latente: o bolsonarismo não acabou com a vitória do PT. A conjuntura contemporânea ainda é incerta, temos poucos meses de governo; contudo, alguns passos importantes têm sido dados para compreender a conjuntura e o que nos espera. O PT não sinaliza um projeto antagônico ao neoliberalismo, o que está em disputa é, talvez, se tivermos sorte, sair de um campo ultraneoliberal.

A iniciativa mais concreta para o debate da conjuntura ofertada pelo governo foi o arcabouço fiscal, ou como alguns tem chamado: calabouço fiscal. O arcabouço é a proposta de substituição da EC 95[2], trata-se, portanto, da forma pela qual o governo pretende controlar seus gastos. Seu objetivo consiste em ter as despesas sempre abaixo de suas receitas, gerando, assim, um superávit primário que serve, apenas, para mostrar capacidade de pagar a dívida pública.

Em nossa leitura o arcabouço fiscal é menos danoso que a EC 95, mas continua sendo um ajuste fiscal do Estado brasileiro. A crise da esquerda tem nos empurrado ao campo menos danoso. A proposta atual, ao contrário da EC, não congela os gastos, prevê, ao contrário, seu crescimento, com algumas nuances

importantes. O crescimento dos gastos do governo tem um limite de 2,5% acima da inflação, mesmo num contexto de crescimento das receitas. Temos, portanto, um novo teto que é muito inferior ao crescimento dos gastos públicos nos dois primeiros governos Lula (5,2%) e Dilma (3,5%); menor até mesmo que os gastos de FHC (CASONI, 2023). O aumento das despesas, por sua vez, está vinculado ao aumento das receitas. As despesas podem crescer 70% das receitas, então se o governo aumentar a arrecadação em 2% as despesas só podem atingir 1,4%. O que acontece com os outros 30%? Vão conformar o superávit primário que alimenta o capital financeiro a custas da pobreza de populações inteiras.

Em caso de receita em queda ou estagnada, a regra prevê que os gastos poderão subir 0,6% acima da inflação. Ou seja, em cenário de crise econômica, o limite de avanço de gastos para políticas anticíclicas é estreito. Como se vê, o Arcabouço é menos rígido que o antigo Teto, mas ainda sim significa a gestão do orçamento público pela ótica da austeridade neoliberal. (CASONI, 2023, p. 1)

O economista David Deccache, tem sinalizado em suas redes sociais, que se a regra fiscal proposta por Haddad estivesse em vigor desde 2002 teríamos tido menos 8,8 trilhões de reais em gastos públicos. Ou seja, menos Universidades, menos Hospitais, menos salário-mínimo, menos servidores – com remunerações menores. A principal estratégia para assegurar o novo teto de gastos está ligada, novamente, ao trabalho no Estado, em especial aos servidores públicos. Em caso de descumprimento do teto fica proibida a criação de novos cargos públicos. Caso descumprido por dois anos consecutivos tem-se a proibição de aumentos para o funcionalismo, admissão, contratação e realização de concursos públicos[2]. Esses são elementos imprescindíveis para compreender a “felicidade do mercado”, entidade essa que, na hegemonia neoliberal, ganhou emoções e sentimentos. O mercado e as bolsas não caem quando um negro é asfixiado pela polícia; ele também não fica “triste” quando os diretos trabalhistas são destruídos. A “felicidade” do mercado depende da destruição e do cancelamento do nosso futuro.

4. A CONJUNTURA E O TRABALHO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Essas mudanças precisam ser conectadas ao cotidiano de nossas experiências profissionais, de modo que possamos passar das categorias universais para sua singularidade. O contexto de ajuste fiscal do Estado vem solapando vivência profissional nas políticas públicas, não apenas pelo seu desmonte, mas, sobretudo, por uma nova forma de organização do trabalho na esfera pública.

O trabalho no Estado está mudando, vivemos um contexto de enxugamento dos cargos públicos e de sobrecarga nos espaços sócio-ocupacionais, onde temos uma demanda sempre maior que a capacidade técnica de atendê-la. Desde 2015 nós temos um descompasso entre o número de aposentadorias e de novos ingressantes do executivo no serviço público, a realidade é uma saída maior que o ingresso. O ajuste fiscal do Estado passa, também, pelo trabalho que operacionaliza os direitos.

A nova morfologia do trabalho não é um debate apenas da esfera privada e nós, trabalhadores das políticas públicas, lemos Ricardo Antunes, David Harvey e achamos que eles vão explicar as mudanças no nosso trabalho, contudo, há particularidades próprias da esfera improdutiva. Fato é que estrutura produtiva flexível adentra a esfera improdutiva do Estado, seu objetivo central não consiste na ampliação da taxa de mais-valia, uma vez que estamos falando de um trabalho que não produz mais-valia [3]. Em nossa compreensão, a adoção desses métodos na esfera pública refere-se à necessidade crescente de apropriação do fundo público no contexto de aprofundamento da crise capitalista. Essa disputa não se dá apenas no campo do orçamento das políticas públicas, ela vem se acirrando, cada vez mais, no campo do orçamento de pessoal expresso num permanente ataque aos trabalhadores do Estado. Trata-se, portanto, da particularidade da precarização na esfera pública frente à iniciativa privada, isto é, sua função não está vinculada à produção de mais-valia, mas sim na lógica de apropriação do fundo público.

O que estamos querendo chamar a atenção é que as metas fiscais e as disputas em torno do orçamento que paga os servidores públicos incidem diretamente na forma de operacionalização do trabalho no Estado. Nesse campo identificamos um desmonte do trabalho estável, processos de intensificação, precarização e terceirização. Esse processo é articulado pela Ontologia Empresarial que vem atravessando nossas experiências profissionais no Estado. O enxugamento de

concurso vem se sustentando com uma nova forma de gestão do trabalho na esfera pública, norteadas pelos princípios do gerencialismo.

o gerencialismo como um movimento prático e ideológico que aproxima a esfera pública dos valores e métodos da empresa privada; expressa uma “formação cultural e um conjunto distinto de ideologias e práticas que formaram um dos sustentáculos do novo acordo de gestão pública que emergia com o neoliberalismo (...)” (MOREIRA; PEREIRA; ALMEIDA, 2022, p. 51).

A lógica e parâmetros de eficiência e eficácia perpassam nossa atuação; somos nós, cada dia mais, os alimentadores de sistemas digitais de produção de informação de usuários que serão utilizados pela gerência. Nós estamos sempre tão sobrecarregados de trabalho que não conseguimos voltar aos nossos registros profissionais e sistematizá-los. Atualmente o governo Lula tem anunciado o crédito consignado para usuários do BPC, certamente a enxurrada de dados produzidos por assistentes sociais e peritos em suas avaliações sociais e perícias médicas tem alimentado de insumos a proposta do governo. Somos demandados a registrar nossa produtividade diária e nós não nos perguntamos: como aferir produtividade em nosso trabalho? Essa lógica é incompatível com o tipo de ação que realizamos, mas estamos submetidos a ela. Pouca importa para os gestores orientados pela lógica empresarial a resolutividade de nossas ações; importa a quantidade de pessoas e não se suas demandas foram sanadas. A numerificação nas políticas públicas tem esvaziado os significados sociais do trabalho na esfera pública.

As tecnologias da informação têm invadido nossos espaços sócio-ocupacionais, em algumas políticas os sistemas virtuais preenchem a agenda dos profissionais, definem o tempo e o tipo de atendimento que o profissional irá realizar durante sua jornada. Os app's de acesso às políticas estão em funcionamento na previdência e já se ventilou a possibilidade de inserção na assistência, inclusive com o preenchimento do CadÚnico pelos usuários. Parece que a conjuntura caminha para uma intensa digitalização das políticas públicas, em breve teremos na saúde apps de marcação de consulta e, como o Estado está seguindo os ditames da iniciativa privada, não iremos nos assustar se daqui uns anos estivermos realizando todo tipo de atendimento por meio do teletrabalho. A lógica do teletendimento é simples: se não há vaga na sua região, um profissional de outra área, com brecha na agenda, é

chamado para atender usuários que estão matriciados em outros territórios. Os impactos dessas propostas são nítidos, estamos atendendo pessoas desconhecendo seus territórios, formas de vida, a rede sócio-assistencial. Um atendimento altamente fragilizado.

Fala-se abertamente em teleatendimento, sistemas digitais, registros de atendimento em plataformas virtuais. As tecnologias da informação longe de potencializarem a dimensão criativa de nosso trabalho tem servido para intensificá-lo num contexto de não reposição dos trabalhadores. O gerente/gestor não está ali monitorando nossas ações, somos nós mesmo que nos monitoramos a partir dos sistemas pré-estabelecidos.

Essa nova morfologia do trabalho não parece arrefecer com o governo petista. O novo teto do gasto sinaliza que teremos sérias restrições para contratação de novos trabalhadores na esfera pública, a conjuntura sinaliza um cenário incapaz de recompor o déficit de trabalhadores acirrado ao longo do ultraneoliberalismo. Nas políticas em que as TI's avançaram o governo PT não tem nenhum projeto para retroceder, ao contrário, caminham na perspectiva de avanço da digitalização do trabalho no Estado. Não visualizamos, na presente conjuntura, melhorias nas relações e condições de trabalho, parece que a Ontologia Empresarial continuará a dar o tom das métricas para o trabalho no Estado.

Esse cenário adverso é expressão da nova morfologia do trabalho na esfera pública implementada pelo ajuste fiscal e pela captura, cada vez maior, das parcelas do fundo público revertido para os trabalhadores. A conjuntura não é das melhores, mas também já foi pior. Queremos chamar a atenção para que não temos uma sinalização para um governo antineoliberal, talvez retrocedamos, no máximo, do ultraneoliberalismo para o neoliberalismo. Há algumas concessões para os servidores, mas elas não sinalizam uma mudança na gestão do trabalho, nem mesmo um arrefecimento da subcontratação e terceirização.

Esse cenário traz muitas reclamações dos profissionais, muita frustração e muito adoecimento no trabalho. Muitos profissionais dizem: não há saída. Nós temos tentado recuperar os sentidos do trabalho, dilacerados pela ontologia empresarial, recuperar a ideia de nossos cargos: servir a sociedade e não a gerência do trabalho. No contexto de aprofundamento da precarização e cerceamento de nossa capacidade

criativa, os servidores tendem a desacreditar no trabalho. Quando pedimos para falar sobre seu trabalho, os profissionais falam sobre suas condições de trabalho. É como se o conteúdo objetivo, o trabalho útil, concreto tivesse sido apagado pelas relações de assalariamento, pela dimensão abstrata do trabalho.

O realismo capitalista, por sua vez, vem solapando os serviços públicos e o trabalho que os operacionalizam. Sua máxima é: os serviços públicos sempre foram e sempre serão ruins; os trabalhadores do Estado são preguiçosos e acomodados, por isso devem ser administrados pela iniciativa privada. Aqueles profissionais críticos, que acreditam num serviço público anticapitalista, antirracistas, antissexista tem vivenciado um processo de adoecimento profundo no trabalho. Defender esse projeto é um utopismo social na conjuntura que vivemos; na relação com a gestão tem-se uma incompatibilidade profunda. O ataque aos trabalhadores do Estado é, em nossa compreensão, um ataque ao conjunto dos trabalhadores que dependem das políticas públicas para se reproduzir socialmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade hoje para os trabalhadores do Estado é cirúrgica: temos nosso tempo sugado, somos abarrotados com burocracias digitais quantificadoras de nosso trabalho, faltam recursos, faltam políticas públicas. Essa realidade não pode ser desconectada da ascensão do neoliberalismo e do ultraneoliberalismo, processos esses que vem transformando grande parcelas de trabalho improdutivo em trabalho que produz mais-valor (vide as ondas terceirizantes e as parcerias público-privadas).

No âmbito internacional o conjunto dos trabalhadores têm sofrido com as altas taxas de juros, aumento da inflação, desemprego e perdas salariais. Ao mesmo tempo, não aparece, ainda, nenhum projeto que consiga capilarizar as insatisfações sociais de modo a questionar o realismo capitalista. Temos identificado grandes processos de mobilização contra a perda de direitos, que são acometidos por uma dificuldade de produzir organicidade. Os novos segmentos da classe trabalhadora, oriundos da uberização do trabalho, ainda não um processo de resistência que sinalize alternativas ao sindicalismo.

Na esfera pública, a conjuntura exige um trabalhador combativo, voltado à crítica radical ao gerencialismo e sua lógica de produtivismo. A conjuntura não sinaliza uma melhora estrutural em nossas condições de trabalho, o novo arcabouço fiscal não nos assegura ampliação sólida dos direitos sociais e atendimento das necessidades sociais sempre crescente. Não precisamos de um novo trabalhador na esfera pública, precisamos, sobretudo, de condições de realização de nosso trabalho que não sejam parametradas pela ontologia empresarial que descaracteriza a natureza de nossas ocupações.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 95 de 15 de Dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 01.jun.2023.

CASONI, G.F. **Entenda o arcabouço fiscal de Haddad e seus impactos**. Esquerda on-line, 04 de maio, 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/04/04/entenda-o-arcabouco-fiscal-de-haddad-e-seus-impactos/>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

COUTINHO, C.N. Teoria restritiva de Estado e a concepção explosiva da revolução. In: Teixeira, A.M.P. [et al]. **Carlos Nelson Coutinho: ensaios de crítica literária, filosofia e política**. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGSS, p. 205 a 229, 2018.

FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil acreditar no fim do mundo do que no fim do capitalismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONTES, V. **O Capital Imperialista – teoria e história**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ – EPSJV e UFRJ, 2010.

JAMENSON, F. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PEREIRA; G. O.; MOREIRA; C. F. N.; TEIXEIRA, N. L. A. O trabalho de assistentes sociais no contexto de regressão de direitos e precarização nas políticas públicas. *In*: VASCONSELOS [et. al]. **Serviço Social em tempos ultraneoliberal**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/servico-social-em-tempos-ultraneoliberal>. Acesso em: 10 mai. 2023.

NOTAS

1. A EC95 não permite nenhum gasto acima da inflação, a insanidade é tamanha que o teto foi furado até mesmo por Paulo Guedes.
2. Nos dois últimos pontos é permitida, somente, a reposição de vagas.
3. Tendo em vista nossa finalidade de refletir sobre as políticas públicas, historicamente esse trabalho se dá no campo improdutivo, remunerado com renda.

PROMOÇÃO



APOIO